



ASSEMBLEIA DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ

EDITAL

33/2014

Eu, Anabela Cristina de Almeida Respeita, Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, faço público que na Sessão Ordinária, referente ao mês de Novembro de 2014, realizada dia 26/11/2014, a Assembleia de Freguesia aprovou:

A JUSTIÇA EM ESTADO DE 'CITIUS'

Por uma Justiça democrática

Considerando que no passado dia 1 de Setembro entrou em vigor, por decisão do Governo do PSD/CDS, o novo Mapa Judiciário que veio dividir a Península de Setúbal, passando os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal a estarem agregados à Comarca de Lisboa, enquanto os concelhos de Palmela e Sesimbra à Comarca de Setúbal.

Considerando que os Tribunais da Moita, Montijo, Seixal e Sesimbra foram desqualificados, perdendo grande parte das suas valências, enquanto o Tribunal do Trabalho de Almada foi extinto.

Considerando que nos Tribunais de Almada, Barreiro e Setúbal, em consequência da concentração de serviços, predomina a demora na marcação de julgamentos por falta de salas de audiência, e nos Tribunais da Moita, Montijo, Seixal e Sesimbra estas passam a estar vazias.

Considerando que passado dois meses da implementação do novo Mapa Judiciário, na Península de Setúbal verifica-se a quase paralisação dos serviços de justiça, devida quer aos problemas existentes na plataforma informática dos Tribunais (Citius), quer porque os Tribunais onde foram concentrados os serviços não têm funcionários para distribuírem os processos que lhe foram enviados pelos Tribunais desqualificados ou extintos, o que motivou que nos Tribunais do Barreiro, de Almada e Setúbal estejam milhares de processos guardados em salas, incluindo nas salas de audiência, o que impede a realização de julgamentos.

Considerando que às dificuldades já existentes, decorrentes da escandalosa onerosidade do acesso aos Tribunais em resultante dos aumentos das custas judiciais e da negação do apoio judiciário, somam-se as dificuldades da distância, da falta de transportes e do custo das deslocações decorrentes da concentração dos Tribunais.

Considerando que nada justifica o fecho ou a desqualificação de Tribunais, a não ser a visão redutora e liberal que tem como objetivo a destruição dos serviços públicos, o seu afastamento das populações e dos trabalhadores, contrariando o objetivo de uma Justiça de classe. Considerando que o "episódio" Citius, dissipada agora a nuvem de fumo da manobra que foi lançada para encontrar bodes expiatórios, é da inteira responsabilidade política da Ministra da Justiça.

Considerando que a estratégia política do Governo PSD/CDS aposta na diminuição do papel do Estado na Justiça, concentrando e desqualificando Tribunais, preparando assim o seu encerramento a médio prazo, abrindo cada vez mais o espaço da Justiça a uma justiça privada em detrimento da vocação dos Tribunais do Estado.

A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, reunida em sessão ordinária de 26 de novembro de 2014, exige:

1. A Revogação do desastroso Mapa Judiciário do Governo PSD/CDS.
2. A Valorização de todos quanto trabalham nos Tribunais - funcionários judiciais, advogados, magistrados e solicitadores.
3. A Reabertura do Tribunal do Trabalho de Almada.
4. A criação de condições para todos os cidadãos tenham melhor acesso à Justiça.

E POR SER VERDADE SE PASSOU O PRESENTE EDITAL, QUE É PÚBLICO, ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DE ESTILO DESTAS FREGUESIAS.

Feijó, 28 de Novembro de 2014

A Presidente da Assembleia das Freguesias de Laranjeiro e Feijó

Anabela Cristina de Almeida Respeita

